

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 3043235220210419214652

Processo 0800730-97.2021.8.23.0010 ☆ - (95 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais Informações Adicionais Partes Movimentações Apensamentos (0) Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

102Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

19 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 19

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	19	19/04/2021 21:46:52 JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (12/04/2021)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div><div>19.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2780400PETICAODEPROVAS01.pdf</div><div>Público</div></div>			
18	13/04/2021 16:55:02	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 13/04/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 15) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (12/04/2021) e ao evento de expedição seq. 17.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
17	12/04/2021 10:48:45	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 15) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (12/04/2021)	REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO Analista Judiciária
16	12/04/2021 10:48:45	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de JEFFERSON SOUZA CRUZ com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 15) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (12/04/2021)	REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO Analista Judiciária
	15	12/04/2021 10:48:38 JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO	REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO Analista Judiciária
14	10/03/2021 00:01:43	DECORRIDO PRAZO DE JEFFERSON SOUZA CRUZ (P/ advgs. de JEFFERSON SOUZA CRUZ *Referente ao evento (seq. 10) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (01/02/2021) e ao evento de expedição seq. 11.	SISTEMA CNJ
13	12/02/2021 00:01:24	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de JEFFERSON SOUZA CRUZ) em 11/02/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 10) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (01/02/2021) e ao evento de expedição seq. 11.	SISTEMA CNJ
12	06/02/2021 00:03:06	DECORRIDO PRAZO DE JEFFERSON SOUZA CRUZ (P/ advgs. de JEFFERSON SOUZA CRUZ *Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (18/01/2021) e ao evento de expedição seq. 7.	SISTEMA CNJ
11	01/02/2021 13:50:59	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de JEFFERSON SOUZA CRUZ com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 10) JUNTADA DE ATO	REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08007309720218230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JEFFERSON SOUZA CRUZ**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Ocorre que a parte autora não juntou aos autos laudo pericial elaborado pelo Instituto Médico Legal com a devida graduação das supostas lesões sofridas, conforme exige a Lei 11.945/09 e Súmula 474, STJ.

Assim sendo, ante a ausência de graduação da alegada invalidez, questão controversa que ensejou a presente lide, requer a Ré **que o Juízo nomeie Perito Médico do IML ou outro órgão público, para a realização da perícia na parte autora, a fim de atestar a invalidez alegada, bem como quantificar a lesão de acordo com a Lei 11.945/09, e Súmula 474, STJ.**

Tendo em vista se tratar de prova constitutiva do direito autoral, em caso de impossibilidade da produção do referido laudo pericial pelo IML, deve o exame ser custeado pela parte autora por força do artigo 373, I do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 16 de abril de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR